



Ministra da Justiça rejeita que nomeação de Lopes da Mota seja um prémio

Parlamento
Sofia Rodrigues

Francisca van Dunem prevê que pandemia leve a um aumento de processos na área do comércio, execuções e trabalho

A ministra da Justiça, Francisca van Dunem, rejeitou ontem que a nomeação para seu adjunto de José Luís Lopes da Mota – punido por pressões a colegas que dirigiam a investigação do Freeport – seja um “prémio” e defendeu a idoneidade do magistrado numa audição parlamentar.

Em causa está a nomeação de Lopes da Mota para adjunto da ministra, para “apoiar nos trabalhos de preparação e de acompanhar a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia”, que decorrerá no primeiro semestre de 2021. Na audição regimental, o deputado do Chega contestou a escolha, ao considerar que o agora juiz do Supremo Tribunal foi “premiado”. “Isto não dá uma boa imagem da justiça”, disse André Ventura, na única vez que o tema foi abordado pelos deputados.

A ministra ripostou: “Não é um prémio, pelo contrário. [Lopes da Mota] terá muito mais trabalho na presidência portuguesa do que tem no Supremo. Se alguém está a fazer um jeito a alguém é Lopes da Mota que está a fazer um jeito a quem está a fazer a presidência.”

Van Dunem argumentou ainda que o Conselho Superior do Ministério Público sancionou Lopes da Mota e também o “reabilitou”, referindo que o antigo presidente do Eurojust “foi empossado como juiz na mais alta instância da ordem jurisdicional” através de concurso no qual “foi ponderada a sua idoneidade”. A ministra acrescentou ainda que, “pelo acompanhamento que faz há muitos anos das questões europeias, é seguramente uma das pessoas na área da justiça que mais sabem disso”.

Durante a audição, que abordou várias áreas do ministério, sobretudo na resposta à crise de saúde, Van Dunem assumiu que os efeitos da pandemia vão sentir-se mais nas áreas do “comércio, execuções e laboral”, apesar de garantir que os “tribunais ainda têm capacidade de resposta”. Na área do crime, a governante mostrou preocupação com a violência doméstica – “tem vindo a agravar-se” – e com as fraudes praticadas em crime informático.

Relativamente à distribuição de processos a juizes, que foi polémica no Tribunal da Relação de Lisboa, a ministra não correspondeu à preocupação do bloquista José Manuel Pureza sobre a prevalência da atribuição manual, e não por via de sorteio electrónico. “Não fico muito preocupada em que os processos sejam atribuídos em vez de distribuídos. Se for fazer as contas, não é significativo”, respondeu Francisca van Dunem.

srodrigues@publico.pt



Ministra disse que Lopes da Mota é que vai fazer “um jeito” a Portugal